

ALEXANDRA LOPES: ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO: PERCURSOS E CONTEXTOS DE INVESTIGAÇÃO NA SOCIOLOGIA PORTUGUESA

1. Do problema social ao problema sociológico: a construção de um objeto “implicado”, empiricista e multidisciplinar

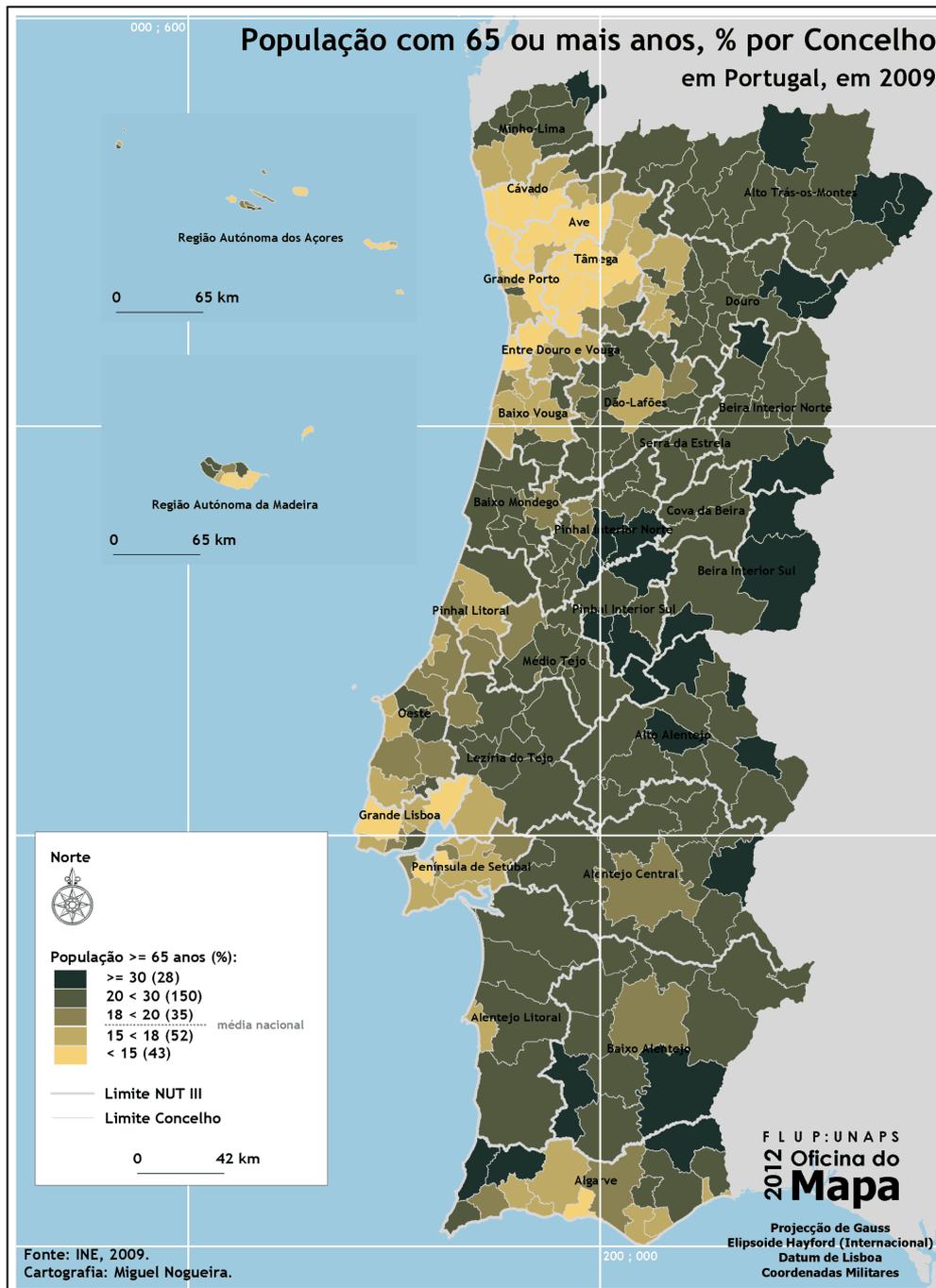
Na sua proclamação sobre o envelhecimento, lançada a 1 de outubro de 2008, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarava esse dia como o Dia Internacional da Pessoa Idosa e definia 1999 como o Ano Internacional da Pessoa Idosa (Resolução 47/5 da UN). A essa proclamação seguir-se-iam um conjunto de declarações de natureza política que viriam a culminar na realização da Segunda Assembleia Mundial para o Envelhecimento, em 2002, em Madrid, da qual viria a sair o Plano Internacional para a Ação sobre o Envelhecimento, conhecido como o Plano Internacional de Madrid 2002. Independentemente das dimensões mais ou menos latentes, e de natureza essencialmente política, que se reconheçam presentes nos conteúdos do documento, este foi um momento histórico importante, na medida em que representou o primeiro consenso global sobre a necessidade de trazer a questão do envelhecimento demográfico para o fórum de discussão sobre um conjunto de outras temáticas centrais nas sociedades contemporâneas, desde os direitos humanos às questões de desenvolvimento social e económico. Nesse documento elegiam-se prioridades para a ação no domínio do envelhecimento, nomeadamente: a necessidade de considerar a importância e o lugar das pessoas mais velhas nas dinâmicas de desenvolvimento (temática mais cara e orientada para os países em desenvolvimento); a necessidade de promoção da saúde e bem-estar do idoso; e a necessidade de desenvolver ambientes de apoio e inclusivos para a população idosa (UN, 2002). Aos governos nacionais exigia-se que desenvolvessem respostas políticas eficazes, capazes de garantir à população idosa o cumprimento de princípios como independência, participação, cuidados e dignidade. O simbolismo da identificação de um ano como sendo dedicado ao envelhecimento traduz, efetivamente, uma maior consciência política sobre os seus impactos ao nível político, social e económico.

Desde esta altura, e de uma forma organizada, têm vindo a multiplicar-se as iniciativas políticas, de âmbito internacional, mas nacional também, que refletem a centralidade do envelhecimento demográfico na forma como se pensam e se organizam as sociedades contemporâneas. A declaração do ano 2012 como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações inscreve-se nesse percurso e é mais uma dessas iniciativas.

Portugal é hoje um dos países do mundo onde tem mais peso a população idosa, ocupando o 8º lugar no *ranking* dos países mais envelhecidos, com critério de classificação definido como proporção de indivíduos na população que têm idade igual ou superior a 60 anos (UN, 2009). As estimativas mais recentes, de acordo com as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE), apontam para um peso da população com 65 anos ou mais superior já a 18% da população total no país, estando em franco crescimento, em particular, a proporção de indivíduos com 80 anos ou mais, estimada na ordem dos 5% da população portuguesa. Trata-se, naturalmente, de um perfil demográfico que não é homogéneo quando analisado em

termos territoriais, antes pelo contrário pautado por algumas marcadas assimetrias que reproduzem, em larga medida, aquilo que são os eixos estruturantes de um modelo de desenvolvimento socioeconómico caracterizado pela litoralização e pela concentração urbana em alguns poucos polos de atração que acabam por esvaziar amplas regiões do país, nomeadamente dos seus grupos populacionais mais jovens.

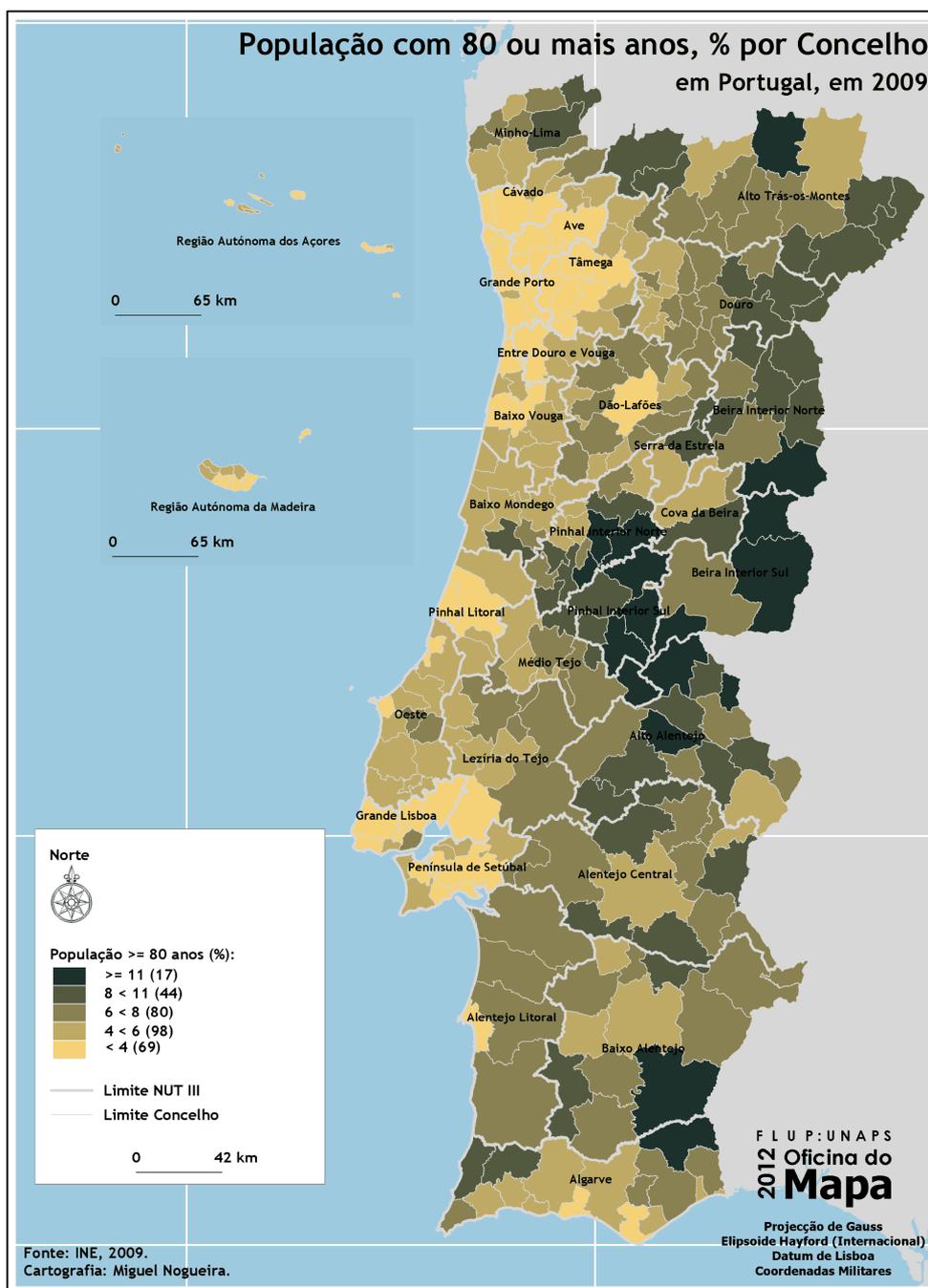
Figura 1 – População com 65 ou mais anos, % por concelho, em 2009



Fonte: Estatísticas Demográficas, Instituto Nacional de Estatística, 2009.

Na Figura 1 ilustra-se essa territorialização do envelhecimento demográfico, da qual realçam as assimetrias litoral/interior, intimamente associadas à dicotomia rural/urbano. Os dados projetados dizem respeito às estimativas demográficas para o ano 2009, momento em que já rondava os 40% a proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos em alguns municípios, nomeadamente os do interior algarvio e do interior beirão. Por oposição, e com valores genericamente inferiores à média nacional, temos a bacia industrial do litoral norte, onde se destacam municípios como Penafiel ou Paços de Ferreira, com proporções na ordem dos 10% da população total.

Figura 2 – População com 80 ou mais anos, % por concelho, em 2009



Fonte: Estatísticas Demográficas, Instituto Nacional de Estatística, 2009.

Olhando, em particular para a distribuição dos mais velhos entre os idosos (Figura 2), verificamos que, de uma forma geral, decalca a distribuição geral da população idosa. Os espaços de desencontro refletem, sobretudo, diferenças regionais na esperança média de vida e remetem-nos, precisamente, para o domínio das diferenças na qualidade de vida e no acesso a cuidados de saúde que emergem associadas ao território e às suas assimetrias.

Em Portugal, à semelhança do que se passa um pouco por todo o mundo desenvolvido, o acentuar do envelhecimento demográfico, após algum ímpeto de celebração inicial pelo significado civilizacional dos acréscimos de longevidade, deu lugar a um conjunto de preocupações que, rapidamente, catapultaram as dinâmicas de recomposição demográfica na base desse envelhecimento para o estatuto de problema social. Por um lado, o envelhecimento demográfico colocou grandes desafios (e pressões) às configurações institucionais da maioria dos Estados-Providência modernos, projetados para volumes absolutos e relativos de idosos na população substancialmente inferiores aos que marcam hoje essas mesmas nações. Por outro lado, o envelhecimento demográfico tem sido marcado pelo aumento na procura de cuidados sociais e de saúde associados ao prolongamento da vida, amiúde sem proporcional aumento no número de anos de vida saudável, mas também à diminuição de capacidade de resposta das formas tradicionais de apoio ligadas às solidariedades intergeracionais primárias.

Ao longo da última década, em Portugal e no resto da Europa, tem-se vindo a instalar um discurso público que enfatiza a necessidade de encontrar respostas sociais para os desafios que o envelhecimento demográfico representa. A agenda de investigação científica em Portugal, e no domínio da Sociologia em particular, tem sido muito marcada por esse repto, dando origem a um percurso de construção de um objeto de investigação profundamente comprometido com a necessidade de produção de conhecimento que, de alguma forma, possa sustentar a intervenção social.

Este primeiro traço de caracterização da forma como se constrói o objeto de investigação “envelhecimento demográfico” aparece associado, na nossa perspetiva, a um outro elemento estruturante: a orientação marcadamente empiricista na investigação. Se alguma coisa atravessa a produção de conhecimento sociológico em Portugal, neste domínio, é o relativamente modesto desenvolvimento teórico, que contrasta com um acentuado esforço de mapeamento empírico das realidades do “ser mais velho”. A diversidade de temas que colhem o interesse dos sociólogos portugueses é grande, mas de forma geral de natureza sobretudo empírica e subsidiária dos desenvolvimentos teóricos da Sociologia além-fronteiras, com ênfase especial na produção anglo-saxónica.

Finalmente, e como reflexo da própria natureza multidimensional do fenómeno, por um lado, e dos múltiplos fatores envolvidos no envelhecimento demográfico, por outro, o processo de definição deste como objeto de investigação tem sido marcado por um pendor fortemente multidisciplinar. A multidisciplinariedade, enquanto princípio aceite como um traço de força na produção de conhecimento, não surge isenta de riscos, o mais sério deles, eventualmente, aquele que decorre da apropriação de teorias e conceitos por disciplinas diferentes daquelas onde os mesmo tiveram origem,

apropriação amiúde feita sem significativo investimento teórico.

No plano específico da produção de conhecimento científico, e sociológico em particular, sobre a temática geral do envelhecimento demográfico, podemos afirmar que aquele se tem vindo a definir, em larga medida, em resposta aos que foram sendo aceites como os grandes desafios emergentes do envelhecimento da população, sendo as principais temáticas de eleição precisamente as que plasmam esses desafios. Procurando sistematizar o percurso da investigação sociológica nacional sobre este fenómeno, para conhecer de que forma a Sociologia se tem apropriado da problemática do envelhecimento demográfico nas suas múltiplas implicações, como tem estabelecido fronteiras analíticas com outros domínios científicos e definido as principais áreas temáticas de análise, fez-se uma revisão de toda a produção científica publicada, em Portugal, nos últimos 15 anos. A opção de definir um limite temporal está assente na constatação de que, até então, o interesse por parte dos sociólogos portugueses na matéria do envelhecimento era residual e mais centrado numa abordagem subsidiária da Demografia. Do resultado deste exercício damos conta na secção seguinte.

2. Trajetos e temáticas na investigação sociológica portuguesa sobre o envelhecimento: 1997-2012

No sentido de caracterizar a produção de conhecimento sociológico sobre o envelhecimento em Portugal procedeu-se a uma revisão da literatura a partir dos registos de obras publicadas sobre a temática nos últimos 15 anos, assim como de projetos realizados em centros de investigação do âmbito disciplinar da Sociologia. Um dos procedimentos adotados para a recolha desses dados consistiu na pesquisa bibliográfica de obras editadas, comunicações em conferências, artigos de revistas, assim como de trabalhos realizados em contexto académico, como mestrados e doutoramentos, desenvolvidos num enquadramento teórico-metodológico próximo da disciplina sociológica. Paralelamente, contactaram-se informantes privilegiados, mais especificamente professores universitários com um percurso de investigação que cruza a temática do envelhecimento, para a disponibilização de referências bibliográficas relevantes. No total foram elencadas 300 referências. Importa aqui sublinhar que, apesar de a pesquisa ter sido o mais detalhada possível, garantindo que um grande volume do trabalho desenvolvido sobre o envelhecimento fosse elencado, não houve a pretensão de construir uma listagem que se assumisse totalmente exaustiva. No que concerne aos projetos de investigação, os dados foram recolhidos na base de dados da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a partir das informações disponibilizadas nas páginas eletrónicas dos centros de investigação.

Na tabela abaixo compila-se a distribuição temporal das referências identificadas, compondo-se um quadro de evolução que, de alguma forma, acaba por refletir a progressiva aproximação da comunidade académica à temática, à medida que esta se vai assumindo como mais urgente na própria agenda pública e política. Atendendo à data de produção deste texto, o valor relativo a 2012 reflete, naturalmente, as referências publicadas no primeiro semestre do ano.

Tabela 1 – Número de referências bibliográficas registadas, por ano: 1997-2012

Ano	N.º Referências
1997	6
1998	6
1999	8
2000	8
2001	13
2002	9
2003	8
2004	15
2005	19
2006	14
2007	32
2008	26
2009	47
2010	46
2011	35
2012	8

Durante a última década do século XX, as questões do envelhecimento não constituíram um tema que gerasse investimento significativo em investigação sociológica. Aliás, é precisamente no ano de 1999 que se assiste a um primeiro ligeiro acréscimo de produção, o qual poderá refletir, em certa medida, a visibilidade que o tema do envelhecimento demográfico adquire na sequência da proclamação desse ano como o Ano Internacional dos Idosos, pelas Nações Unidas. Os movimentos internacionais, e nacionais também, que se acentuaram a partir dessa data, acabariam por reclamar, junto da comunidade científica, estudos e propostas como alicerces para o desenvolvimento de respostas políticas eficazes para fazer face aos desafios inerentes a essa tendência de evolução demográfica.

Apesar do aumento paulatino do interesse da academia sociológica portuguesa no envelhecimento como objeto de estudo, alguns continuam a considerar que não se passou, ainda, da fase emergente, sendo necessários alguns aprofundamentos, teóricos e metodológicos, para a consolidação da temática na produção sociológica nacional (Machado, 2009: 320).

Relativamente aos projetos de investigação, não foi possível avançar com uma análise de evolução quantitativa pela ausência de informações sobre as datas de início de grande parte dos projetos. Do levantamento de dados efetuado, registaram-se, nos últimos 15 anos, 62 projetos desenvolvidos por centros de investigação nacionais, alguns em contexto de parceria com entidades estrangeiras.

Neste universo incluem-se, naturalmente, projetos de alcance diferenciado, tanto em termos de duração, como em termos de abrangência temática e, até, territorial. A cena nacional, porém, continua profundamente marcada pela ausência de estudos sociológicos de cariz extensivo e de base nacional, somando-se projetos de incidência local, segundo registos de tipo intensivo, com uso sobretudo de metodologias de investigação de tipo qualitativo. Pese embora o reconhecimento da importância destes estudos, fundamentais no mapeamento do próprio objeto, a comunidade sociológica portuguesa tem-se debatido com alguma dificuldade em desenvolver estudos mais alargados, sendo só mais recentemente que se registam alguns investimentos mais significativos neste domínio. Exemplo disso é a participação portuguesa no desenvolvimento de um módulo sobre as expressões do idadismo no âmbito do *European Social Survey*, com dados relativos aos anos 2008 e 2009.

Quando passamos à exploração mais pormenorizada dos domínios de análise privilegiados nas abordagens sobre o envelhecimento, ou seja, as principais áreas temáticas focadas nos trabalhos publicados, identificam-se quatro grandes áreas dominantes, que acabariam por definir a forma de organização deste número temático da Revista *Sociologia*. São elas: normas, valores e representações sociais; mercado de trabalho, emprego e reforma; dependências e cuidados; vulnerabilidades e desigualdades. Procedeu-se à classificação das 300 referências bibliográficas de acordo com esses quatro grandes temas, abrindo-se a possibilidade de que um mesmo trabalho fosse enquadrado em mais do que uma área. A classificação baseou-se na análise dos resumos, palavras-chave e índices dos trabalhos publicados, sendo que nas situações em que permaneciam dúvidas, a opção recaiu na leitura de algumas secções das obras. Na tabela abaixo sistematiza-se o contingente de ocorrências em cada área temática.

Tabela 2 – Número de ocorrências em cada grande área temática de investigação sociológica: 1997-2012

Áreas temáticas	N.º vezes que é abordada
Normas, valores e representações sociais	48
Mercado de trabalho, emprego e reforma	34
Dependências e cuidados	196
Vulnerabilidade e desigualdade	86

A primeira grande área temática, que escolhemos designar como “Normas, Valores e Representações Sociais” compreende um leque, em rigor, bastante diversificado, mas que responde, de forma global, à necessidade de fazer emergir os elementos estruturantes da ação social que passam por conceitos, representações, atitudes e expectativas ligadas à idade. No fundo, trata-se de uma grande área temática que dá desenvolvimento ao interesse da Sociologia nos processos sociais de construção

da idade. Alguns temas que aparecem com maior frequência incluem questões tão variadas como: as representações dos idosos sobre o processo de envelhecimento; as representações sociais e as atitudes da população em geral face aos idosos e ao envelhecimento, destacando-se aqui um conjunto de trabalhos sobre os estereótipos existentes na sociedade relativamente aos mais idosos, frequentemente traduzidos em discriminação, num fenómeno denominado por idadismo, ageísmo ou gerontofobia; os processos de construção de identidades na velhice; as representações sobre a dependência, a doença e a morte; ou, ainda, a influência da religiosidade e da espiritualidade nas atitudes face ao envelhecimento.

É nesta primeira grande área temática de investigação que se inclui o contributo de Sibila Marques, Maria Batista e Pedro Alcântara da Silva para este número temático da Revista *Sociologia*. Na linha de um conjunto alargado de análises que têm desenvolvido no domínio das representações e atitudes sobre o envelhecimento, estes autores oferecem uma discussão mais circunscrita aos impactos das atitudes discriminatórias associadas ao fator idade nas representações sobre o exercício da chefia em contexto laboral. Usando dados retirados do *European Social Survey*, os autores demonstram que os fatores psicossociais decorrentes das atitudes em relação ao envelhecimento apresentam um maior impacto nas representações sobre o lugar do idoso no mercado de trabalho do que os fatores decorrentes de características sociodemográficas.

É, igualmente, sob o chapéu desta primeira área temática que se acomoda o contributo de Óscar Ribeiro, autor de um artigo onde se problematiza o conceito de envelhecimento ativo a partir da revisão dos percursos da sua construção. O autor procura revelar as fragilidades e os constrangimentos associados ao conceito na sua formulação dominante, enfatizando a necessidade de abrir espaço para considerações de natureza multidimensional na forma como a investigação científica, mas igualmente o discurso político, se têm apropriado do termo. Este é um conceito que vem assumindo centralidade nos discursos académicos, mas também políticos, e que se propõe desconstruir à luz de uma leitura que enfatiza os processos de construção social do conceito nas encruzilhadas com as representações sociais sobre o próprio lugar do idoso nas sociedades.

A segunda grande linha de investigação que foi identificada é dominada pelas questões do “Mercado de Trabalho, Emprego e Reforma”. Esta é, curiosamente, uma área temática que tem tido um acolhimento entre os sociólogos portugueses desproporcional à centralidade que foi assumindo na agenda de debate político. Se há alguma área que tem reunido particular atenção no plano da intervenção política tem sido a que decorre dos desafios que o envelhecimento demográfico coloca aos mecanismos tradicionais de organização do mercado de trabalho, nomeadamente no que diz respeito ao *interface* destes com os sistemas de proteção social. No entanto, não tem sido igualmente expressivo o interesse da comunidade sociológica portuguesa nessa temática. Entre os temas mais frequentemente encontrados nos trabalhos publicados aparecem: os modelos de transição da atividade profissional para a reforma e os fatores que influenciam esse processo; as trajetórias de vida e as estratégias de ocupação do tempo na reforma, nomeadamente no que envolve lazeres e atividades de voluntariado; o papel dos idosos e o seu contributo ativo e

produtivo na sociedade.

É no âmbito desta grande área temática que se encontra o contributo de António Fonseca, que nos apresenta um artigo onde se aborda a temática geral da transição do mercado de trabalho para a reforma. A partir de um modelo teórico onde se reconhece a centralidade do trabalho enquanto elemento estruturante da vida dos indivíduos, não só nas suas dimensões mais estritamente materiais, mas igualmente nas modalidades de construção das suas identidades pessoais e coletivas, o autor discute as grandes forças estruturantes do que rotula como um momento de viragem na vida dos indivíduos: a passagem do trabalho à reforma. No artigo são colocados em evidência, em particular, os fatores que marcam o momento de reforma propriamente dito, os fatores que caracterizam o processo de adaptação à nova condição de reformado e os impactos principais desta na vida do indivíduo.

Marianela Ferreira traz-nos, igualmente, uma abordagem à temática geral da transição do mercado de trabalho para a aposentação, mas focando as motivações, as estratégias e as condicionantes institucionais que envolvem os processos de tomada de decisão dos indivíduos pertencentes a grupos profissionais particulares do universo da saúde: médicos e enfermeiros. A partir de um estudo de caso, e tomando como referencial teórico as propostas da teoria da desvinculação e da teoria da atividade, a autora debate as vontades declaradas dos atores observados em relação à sua permanência no mercado de trabalho, demonstrando como essas vontades se estruturam em função não só de características individuais, mas sobretudo de dinâmicas de natureza institucional onde se forjam representações sobre o valor relativo do trabalho.

A área temática das “Dependências e Cuidados”, a terceira por nós identificada, é, sem margem para dúvidas, o domínio de investigação mais produtivo, concentrando um maior volume de trabalhos publicados. A forte implicação da produção de conhecimento sociológico na procura de respostas para aquilo que tem sido amplamente reclamada como uma das áreas de maiores desafios no campo do envelhecimento demográfico – o aumento das dependências e a pressão sobre os sistemas de prestação de cuidados – poderá ser um dos fatores explicativos do maior interesse nesta área por parte dos próprios investigadores. É uma temática que, adicionalmente, retoma o vasto património de conhecimento acumulado no âmbito da Sociologia da Família, com algumas incursões, ainda, pela Sociologia do Género, propiciando, por isso, intercâmbios temáticos que beneficiam da atividade já consolidada de um conjunto alargado de investigadores. Entre os trabalhos que foram classificados nesta área temática encontramos um enfoque muito particular nas redes de apoio social e de cuidados, formais e informais, nas necessidades do idoso e na discussão sobre os mecanismos de garantia do seu bem-estar, apontando-se áreas de intervenção política para dar resposta aos impactos do envelhecimento demográfico. No eixo analítico das “Dependências e Cuidados”, as abordagens desenvolvidas centram-se, quer no recetor de cuidados, quer no prestador de cuidados, assim como na dinâmica da interação que se estabelece entre eles. Alguns temas mais específicos que apareceram com particular frequência incluem: a identificação das carências na prestação de cuidados aos idosos, quer a nível técnico e material, quer a nível pessoal/social; propostas de medidas de políticas

sociais e outras medidas de prestação de cuidados e apoio social a idosos e cuidadores; a prestação de cuidados a idosos que apresentam problemas de saúde, tais como demência, sequelas de AVC's, doença oncológica, depressão e doenças crónicas; o modo como as famílias estruturam os cuidados ao idoso e articulam os apoios formais e informais; as famílias enquanto parceiro estratégico nos cuidados a idosos; as necessidades sentidas pelos cuidadores formais, sendo que, neste âmbito, a maior parte dos estudos se centra nos enfermeiros. Tendo em consideração que, no contexto nacional português, as estratégias de vida dos idosos apresentam fortes traços de familialismo, desenvolvem-se com alguma expressão os estudos cujo enfoque é, precisamente, o cuidador informal, na maioria das situações, familiar do idoso. Aqui encontramos estudos sobre o perfil do cuidador informal, sobre os significados que este atribui ao ato de cuidar e, ainda, sobre o impacto que a prestação de cuidados tem na vida do cuidador informal, quer ao nível das vivências pessoais, quer ao nível da conciliação com o trabalho, passando pelas questões da sobrecarga e das consequências para o seu estado de saúde física e mental. A abordagem sob a lente das leituras de género também gera grande interesse, apontando-se aqui estudos que se debruçam sobre a feminização dos cuidados a idosos, sendo uma das vertentes de análise privilegiada o modo como as mulheres conciliam o trabalho com os cuidados a idosos a seu cargo. Esta análise, naturalmente, não se dissocia da discussão sobre as questões normativas na base da definição do papel social das mulheres como alicerce principal de provisão de bem-estar familiar. Será de salientar, porém, que nos anos mais recentes têm surgido abordagens que se debruçam sobre a participação masculina nos cuidados prestados, nomeadamente aqueles que envolvem o cuidado em contexto de conjugalidade. Nas linhas de investigação que ressaltam o papel da família como parceiro estratégico nos cuidados a idosos apontam-se trabalhos que destacam a importância da formação/educação do cuidador informal, no sentido de garantir uma prestação de cuidados com qualidade. Por último, e ainda enquadrado na área temática das dependências e cuidados, começam a surgir alguns estudos sobre os serviços/apoios fornecidos pela Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, temática mais recente que acompanha, precisamente, algumas das tendências de evolução no plano político e institucional no que toca à gestão das dependências e dos cuidados continuados no nosso país.

Alinhado com esta grande área temática está o contributo de José São José, autor que nos propõe um conjunto de reflexões sobre a temática geral dos cuidados a idosos, explorando, em particular, os trajetos do cuidador na construção de significados e modos de estar na qualidade de cuidador familiar de uma pessoa idosa. A partir de um estudo empírico de tipo qualitativo, o autor percorre um conjunto de histórias marcadas pela ambivalência e pela diversidade, onde se constroem perfis de gratificação e de obrigação, mas também de opressão e de sacrifício.

O quarto, e último, grande tema de investigação identificado foi designado "Vulnerabilidades e Desigualdades", tema muito caro à Sociologia portuguesa em geral, embora de todos, aquele que, porventura, representará um universo mais heterogéneo, tanto em termos de objeto, como em termos teóricos e metodológicos.

Entre as várias questões trabalhadas pelos sociólogos portugueses incluem-se

aquelas relacionadas com a violência doméstica e institucional, com enfoque nos comportamentos de abuso a idosos, analisando-se tipos de maus-tratos, em contexto familiar e em contexto institucional, identificando-se fatores de risco e estratégias de intervenção social contra a violência a idosos. É, precisamente, sobre esse tema que se ocupam Ana Paula Gil e Ana João Santos, autoras que nos trazem um artigo onde se aborda a temática geral da violência contra pessoas idosas, com enfoque mais particular na violência que ocorre em contexto familiar. As autoras trabalham as representações sociais mais marcantes na interseção do processo de envelhecimento com o processo de vitimação, demonstrando como aquelas se constroem de forma ambivalente, mas estruturante, para a interpretação que os atores fazem da realidade social da violência.

Outra vertente de análise que se enquadra nesta grande temática das desigualdades e das vulnerabilidades, que se cruza com as questões associadas a transformações nos valores e normas das sociedades contemporâneas, debruça-se sobre as alterações na composição dos agregados familiares, nomeadamente no que envolve os impactos da diminuição de agregados familiares complexos e o aumento de idosos a viverem sós. Este crescente isolamento doméstico das coortes mais idosas da população implica uma maior vulnerabilidade deste grupo social à pobreza e à exclusão social, assim como alterações nos padrões de redes de solidariedade intergeracionais.

Um dos eixos estruturantes dos trabalhos que se debruçam sobre a temática das desigualdades e das vulnerabilidades entre idosos releva o carácter heterogéneo deste grupo social, explorando os riscos de vulnerabilidade numa perspetiva multidimensional, que procura avaliar o impacto que diferentes variáveis assumem na forma como se estruturam desigualdades de padrões de vida na velhice, no grau de satisfação dos idosos perante a vida, entre outros. Entre as variáveis mais amiúde trabalhadas encontramos o rendimento, a região de residência segundo a dicotomia rural/urbano, o tipo de agregado familiar, o acesso a redes de apoio formais e informais, o estado de saúde e o grau de dependência, o género ou, ainda, os ambientes de vida, com enfoque particular no espaço habitacional. Ignacio Martín, Gonçalo Santinha, Susana Rito e Rosa Almeida são coautores de um artigo onde se reveem modelos teóricos e contextos institucionais para discussão, precisamente, da problemática geral da habitação para pessoas idosas. Partindo das abordagens do modelo ecológico, os autores procuram sistematizar o universo de fatores que determinam a definição de um espaço confortável, colocando em relevo a importância do espaço habitacional e das suas características para a qualidade do próprio processo de envelhecimento.

Grande volume de obras publicadas sobre o envelhecimento demográfico que envolvem uma leitura de influência sociológica tem proveniências múltiplas. Destacam-se, em particular, os trabalhos desenvolvidos no âmbito de programas de mestrado e de doutoramento, assim como os trabalhos desenvolvidos no âmbito das atividades de centros de investigação em domínios científicos distintos da Sociologia, como sejam os ligados à Gerontologia Social, à Psicologia, ao Serviço Social, à Enfermagem e à Saúde Pública ou até às Ciências da Educação. Este traço reforça aquilo que já se afirmou antes como particularmente marcante na forma

como se foi definindo o objeto de estudo “envelhecimento”, o seu forte caráter multidisciplinar, onde se esbatem limites fronteiriços entre domínios científicos.

Referências bibliográficas

INE (2009), *Estatísticas Demográficas*. Disponível em linha em: www.ine.pt

MACHADO, F. L. (2009), “Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada”, in *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 19, 283-343.

UNITED NATIONS (2002), *International Plan for Action on Ageing*, Madrid, UN.–
(2009), *Population Ageing and Development 2009*, Department of Economic and Social Affairs & Population Division, UN.